

Vichy, Educação, Arqueologia e a Construção de um Discurso sobre o Passado

Glaidson José da Silva

Résumé

Cet article a comme objectif analyser la relation entre Archéologie, Histoire et pouvoir. Comme exemple, on a analysé la France sous le Régime de Vichy (1940-1944).

A leitura de um artigo recente de L. Olivier (1998: 241-264), sobre a Arqueologia francesa no contexto da dominação alemã (1940-1944), traz à baila uma série de relevantes questões, algumas das quais pretendo tratar neste artigo.

Em seu artigo, a preocupação do autor está em demonstrar, historicamente, como a Arqueologia francesa atual é herdeira do Regime de Vichy (1940-1944). Em trabalho anterior, Olivier (1997) analisara as origens da Arqueologia na França, vendo-a como fortemente influenciada pela filosofia das Luzes e pela Revolução Francesa. Apesar de terem como objeto análises distintas e de caracteres específicos, ambas as reflexões possuem um viés temático e de abordagem semelhante, percebido na medida em que se nota, tanto num quanto noutro, a intenção do autor em refletir sobre a construção das especificidades da Arqueologia francesa, tendo-se em conta, ao longo da História, seu constante atrelamento às esferas de poder. Neste artigo, procurar-se-á refletir, de modo mais detido, nas implicações decorrentes da relação entre Estado e Arqueologia suscitadas pela leitura da primeira publicação a que se fez referência: *L'archéologie française (...)*.

O que aqui se pretende não é, de nenhuma maneira, reproduzir a seqüência de argumentos estabelecida no texto por Olivier, mas sim intentar, à luz da produção historiográfica atual, meios que possibilitem o desenvolvimento de um aspecto, ou seja, de um recorte do mesmo — no caso, a utilização ideológica da Arqueologia pelo Estado francês na busca da constituição de uma identidade “nacional” e de uma construção discursiva.

Utilizado como instrumento de propaganda pelo petanismo, o passado gaulês é então reescrito pela nova ordem, visando demonstrar que da união entre vencidos e vencedores, resulta uma nova e melhor sociedade, sendo as idéias de superação e progresso indissociáveis. A Arqueologia, neste contexto, ocupa, então, um lugar de destaque no regime, visto que é peça fundamental para a “recuperação” do passado gaulês, uma vez que, por ela, têm-se acesso aos vestígios materiais gauleses, testemunhos deste mesmo passado evocado. Aliado a este projeto ideológico, tem-se também o papel desempenhado pela Educação, mais especificamente pela disciplina de História nas escolas francesas, cujo papel está em veicular a acima referida noção de progresso e também de modernidade; a conquista romana aí é vista como um mal necessário, que se reverterá em um benefício indispensável.

Este mesmo projeto ideológico de Vichy consiste em uma retomada, em sua essência, de um conjunto de valores já idealizados pelos próprios franceses anteriormente; como exemplo, pode-se citar o fato de a França ter-se utilizado do discurso das “origens nacionais” com o intuito de justificar a colonização francesa na África e na Ásia. Assim, como a vitória do Império Romano sobre a Gália foi uma “cruel necessidade”, de igual modo figura a presença francesa nestes continentes, ou seja, o domínio do certo sobre o errado, do desenvolvimento técnico sobre o atraso tecnológico, enfim, da civilização sobre a barbárie. Segundo Cristian Amalvi (1988: 62), são estas noções de progresso e de modernidade que devem ser interiorizadas pelos jovens franceses no curso de sua escolaridade. Amalvi (1988: 59 *et passim*), ao analisar o paralelo entre a conquista romana e a colonização francesa nos manuais escolares, apresenta a visão antagônica das representações dos gauleses e dos romanos nos mesmos, refletindo sobre as analogias feitas entre a presença francesa na África e na Argélia e o empreendimento colonizador de Roma. Desta maneira, a literatura escolar tem por objetivo inculcar nos alunos, por meio de seus manuais, toda essa idéia de legitimação. O trecho que segue (AMALVI, 1988: 61-62. *Apud* GUILLEMIN, 1934: 5-8) é a descrição de uma gravura que “retrata” o cotidiano do povo gaulês representado em um manual de história da França anterior ao regime de Vichy; ele é bem representativo da discussão em pauta, uma vez que ilustra, a um só tempo, não só as analogias entre gauleses e franceses, como também a referida idéia de progresso.

“A imagem apresenta uma casa gaulesa. Que pobre casa! É uma espécie de cabana gaulesa, em terra seca, coberta de palha. Ela não tem janelas, mas somente uma porta baixa. Ela não tem chaminé, mas somente um buraco no alto do teto. É por lá que sai a fumaça que está no interior.”

Utilizada em diferentes contextos e de diferentes formas pelos segmentos dirigentes de direita e de esquerda e pela Igreja (AMALVI, 1988: 21), a História, na França, desde o século XIX, é fortemente marcada pelo seu uso ideológico. Como o assegura Christian Amalvi (1988:20), “(...) a paixão dos franceses pela história, sua história, está longe de ser desinteressada”. Philippe Joutard (1995: 45) irá dizer que isso assim se dá porque o ensino de História nas escolas francesas não é, de nenhuma maneira, um assunto neutro, em virtude do largo papel desempenhado pela memória histórica na constituição da identidade nacional. Para ele:

“Século após século, se constituiu uma mitologia histórica fundada sobre alguns princípios simples: antigüidade da França, cuja origem se confunde com a origem da humanidade; permanência ao longo dos séculos, mas obtida por meio de catástrofes horríveis e ressurgimentos espetaculares; enfim, destino providencial com uma missão universal.”

Esta história mitológica encontra na escola o espaço ideal para a sua divulgação e posterior popularização, sendo sempre retomada com o objetivo de legitimar ideologias contemporâneas, como o exemplo acima descrito — o estudo do passado como agente na construção de identidades. No contexto em questão, a escola tem por objetivo fazer romper com o ideal republicano, visando substituir o slogan da Revolução — “*Liberté, Egalité, Fraternité*” — pelo do novo regime — “*Travail, Famille, Patrie*”. (MICHEL, 1978: 35) Exemplo da preocupação de Vichy em difundir a nova ideologia pode ser visto na criação pelo Regime de *Mouvements de Jeunesse* como os “Compagnons de France” ou os “Chantiers de la Jeunesse”, que tinham como objetivo desenvolver uma educação coletiva com base no sentimento patriótico (MICHEL, 1978: 36). Este é um dentre vários aspectos da reformulação do quadro educacional francês, como a supressão das escolas normais, a reaproximação da Igreja e a instituição do ensino religioso, o estabelecimento de programas educacionais distintos para homens e mulheres, para alunos do campo e das cidades, de um *numerus clausus* para os judeus,⁵ etc. Para Olivier (1998: 252): “*Estas reformas restabelecem uma educação elitista, que visa manter os cortes sociais tradicionais, e a restringir o acesso das mulheres ao trabalho e às responsabilidades sociais.*”

Este projeto de reestruturação da “educação nacional”, segundo Jérôme Carcopino (OLIVIER, 1998: 252), tem por objetivo substituir a “instrução pública” de tradição republicana e erradicar a herança da Revolução Francesa (OLIVIER, 1998:252), para cujo fim também corrobora, atrelada ao ensino, a Arqueologia.

O fato de a França não ter conseguido se desvencilhar de um discurso voltado para a identidade nacional e para as origens nacionais, em um contexto de globalização econômica e de fragmentação cultural, onde o modelo de Estado nacional já não perdura, constitui, segundo Olivier, o motivo da crise atual da Arqueologia francesa. Para esta crise também contribui o fato de não mais se sustentar o discurso de unidade e continuidade histórica da nação, legitimador do Estado (OLIVIER, 1998: 260), em se considerando a atual diversidade dos grupos e das novas categorias sociais. Olivier (1998: 261) acredita que esta crise aponta para a possibilidade de uma nova Arqueologia, menos comprometida com o uso ideológico do passado e mais preocupada com a diversidade dos homens e das culturas por eles produzidas.

Bibliografia

- AMALVI, C. *De l'art et la manière d'accomoder les héros de l'histoire de France; de Vercingétorix à la Révolution*. Paris: Albin Michel, 1988.
- BARREAU, J.-M. "Abel Bonnard, Ministre de l'Éducation impossible". *In: Revue d'histoire moderne et contemporaine*, 43 (3): 464-478, jui-sept. s/a.
- COINTET-LABROUSSE, M.. *Vichy et le facisme; les hommes, les structures et les pouvoirs*. Belgique: Éditions Complexe, 1987.
- FAURA, C. *Folklore et Révolution Nationale. Doctrine et action sous Vichy (1940-1944)*. Thèse, Université de Lyon II-1986, t.I p. 241.
- JOUTARD, P. L'enseignement de l'histoire. *In: BÉDARIDA, F. L'histoire et le métier d'historien en France 1945-1995*. Paris: Éditions de la Maison de l'Homme, 1995. pp.45-55.
- MICHEL, H. *Pétain et le Régime de Vichy*. Paris: PUF, 1978.
- MICHAËL, R. M., PAXTON, R. *Vichy et les Juifs*. trad. Marguerite Delmonte. Paris: Calmann-Lévy, 1981.
- OLIVIER, L. L'archéologie française et le Régime de Vichy (1940-1944). *In: European Journal of Archaeology*. 1 (2): 241-264, 1998.
- _____. Les origines de l'archéologie française. Comunicação apresentada na Reunião Anual do Theoretical Archaeology Group, 1997.
- PESCHASKI, D. Le régime de Vichy a existé. Gouvernants et gouvernés dans la France de Vichy. *In: _____, Vichy 1940-1944*. Quaderni e

³ Laurent Olivier apresenta uma leitura semelhante. Para ele, a propaganda levada a termo pelo Regime de Vichy é contraditória somente na aparência, pois, ao mesmo tempo que glorifica o passado gaulês, visando criar uma imagem da "França e dos franceses", ela o associa a derrota dos franceses diante dos alemães em 1940, não deixando de ter em conta a sempre presente questão de progresso civilizatório, como o explicita em seu discurso P. Gaziot, Ministro da Agricultura sob Vichy, "(...) [a Gália] aceita a derrota: Júlio César traz a paz romana; vencedores e vencidos se entendem e deste grande choque nasce a civilização galo-romana que nos fez o que somos. Encontramo-nos depois de dois milênios na mesma posição que os gauleses nossos pais, e desejamos de todo coração que, do acordo entre vencedores e vencidos, nasça, enfim, a paz européia, que só pode salvar o mundo." Cf. POMIAN, 1997: 2248. Apud: FAURA, 1986: 241.

⁴ "(...) em se sacrificando, eles se inclinam diante da superioridade militar dos vencedores, mas eles sabem honrar a nação" (Cf. OLIVIER, 1998: 245). Henri Michel aponta para o fato da criação, a partir de 1941, de um "Secrétariat Général à l'Information", com poderes de controle sobre os meios de expressão do pensamento: jornais, revistas e livros, rádio, cinema, etc. O respeito à ordem de censura era controlado por delegados regionais instruídos pelo regime. "Um número considerável de cartazes e folhetos inunda a zona livre, não se pode girar o botão do rádio, ver as atualidades cinematográficas, ou abrir o jornal sem que a questão do Marechal se faça presente. Jamais um tal entrelaçamento de informações dirigidas tinha, até então, atingido os franceses. Toda tentativa de expressão livre não podia ser mais que clandestina. Um verdadeiro culto do Marechal é então instaurado (...) a efígie de Pétain figura não só nos locais públicos, mas também nas vitrines das lojas comerciais, sobre cartazes, medalhas, cachimbos, pesos de papel, etc." (Cf. MICHEL, 1978: 42). Sobre este aspecto plural de Vichy, ver também COINTENT-LABROUSSE, 1987: 11-14 principalmente.

⁵ Michèle Cointent-Labrousse (1987: 197), ao analisar a questão judia sob Vichy, irá afirmar que "as ideologias refletem os sentimentos anteriores e a cultura de massa de uma nação." Com relação a esta mesma temática, Marrus Michaël e Robert Paxton (1981: 32-37) irão também afirmar, de forma semelhante, que a política de perseguição aos judeus na França, comumente atribuída às determinações alemãs, é de origem francesa e não foi imposta pelas armas. Partindo deste pressuposto, os autores arrolam documentos de cunho legislativo anteriores a Vichy que atestam a sua hipótese. Já sob o regime, a principal ofensiva de ordem legislativa em relação aos judeus pode ser vista na *Loi portant le statut des juifs*, que determinava quem era pertencente à etnia e regulamentava a sua atuação na sociedade. "(...) O estatuto dos judeus definia para começar quem era judeu aos olhos do Estado francês; ele excluía em seguida os judeus dos postos de comando, dos serviços públicos, dos quadros de oficiais e suboficiais, assim como das profissões que exerciam uma influência sobre a opinião pública: a educação, a imprensa, o rádio, o cinema e o teatro (...) Enfim, a lei anunciava a instauração de um

sistema de quotas afim de limitar o número de judeus nas profissões liberais." (Cf. *Ibid.*: 17). Ver também documentação anexa reproduzida ao final do livro.

⁶ Para Olivier (1989: 256), é o fato de ter introduzido pela primeira vez de maneira sistemática especialistas no comando do Estado que confere a Vichy a sua originalidade. "*É doravante a 'experts', e não mais a políticos, que é confiada a condução de cada um dos grandes setores da ação política do Estado. Vichy nomeia técnicos para a gestão dos negócios públicos: como Carcopino, um universitário especialista em história antiga para a Educação Nacional e Arqueologia, mas também médicos para a Saúde, agricultores para a Agricultura, engenheiros para os Trabalhos Públicos, etc.*"

Agradecimentos

Sou grato ao Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari pela leitura do texto original e por suas preciosas sugestões. A mim, na qualidade de autor, devem recair as eventuais falhas e omissões.

documenti inediti di Angelo Tasca. Paris/Milano: Éditions du CNRS/
Feltineli Editore Milano, 1986.

POMIAN, K. "Francs et Gaulois". In: NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*.
Paris: Gallimard, 1997. pp. 2245-2300.

TRABULSI, J. A. *Religion Grecque et politique française du XIX^e siècle*;
Dionysos et Marianne. Paris: L'Harmattan, 1998.

Notas

¹ A este respeito, ver também MICHAËL e PAXTON: 1981.

² No intuito de ajudar na constituição desta "Europa Nova", a política de Vichy para com o nazismo marcou-se fortemente pelo colaboracionismo. Um exemplo pertinente deste envolvimento engajado pode ser visto na participação de Abel Bonnard (Ministro da Educação sob Vichy, juntamente com Jérôme Carcopino, tendo o substituído posteriormente, ficando no cargo de 18 de abril de 1942 a agosto de 1944) no "Groupe Collaboration", cujo objetivo estava em organizar encontros entre personalidades francesas e alemãs (Cf. BARREAU, juin-sept. s/a.: 464). Em estudos recentes sobre a colaboração sob o Regime de Vichy, esta tem sido lida mais como um fenômeno natural adequacionista que como coercitivo. Barreau procura demonstrar em sua análise que, mais que uma "simples" colaboração, o que ocorre (apesar de referir-se a Abel Bonnard, esta sua conclusão pode ser estendida a toda direita francesa de então) é uma convergência para com a política do governo de Vichy; para isso justificar, ele retoma alguns textos escritos por Bonnard referentes à educação anteriores a Vichy, nos quais se fazem presentes ideologias em muito semelhantes às do novo regime. Segundo Barreau, Abel Bonnard manifesta, em "Pensées dans l'action" (1941), uma vontade de colaboração total com a Alemanha. Esse seu "militantismo germanófilo" será recompensado com a sua promoção na França de Vichy por parte dos alemães. Em um contexto de grande controle e censura das produções intelectuais, em que vigoram inúmeras listas de proscricões, ele terá seus trabalhos publicados e traduzidos (Cf. 466 *et passim*). Sobre estas listas ver também COINTET-LABROUSSE, 1987: 115. Como ideólogo da escola, Abel Bonnard refletira, desde 1926, sobre temas voltados para a educação, por ele entendida como instituição mantenedora do *status quo*, uma vez que reproduz, e deve reproduzir, os quadros sociais de dominação, encontrando-se aí o seu ponto de encontro com a política educacional petanista. O regime colaboracionista da França para com o nazismo também tem sido lido de formas outras que não a da convergência a que se fez referência no início desta nota. Denis Pechanski (1986: 29) critica o fato de se pensar Vichy no singular, privilegiando o discurso oficial e negligenciando as contradições internas da "Revolução Nacional". Ele aponta para a necessidade de se pensar repressão e propaganda (que aqui se vinculam à questão do colaboracionismo) como "*consequência lógica do projeto político e/ou da ocupação, em um contexto de pressão alemã (...)*".

Aparato Administrativo e Uso Ideológico de uma Ciência da Justificação

Vinculada ao Estado por seu caráter legitimador de um passado reinterpretado, a Arqueologia francesa sob Vichy caracterizou-se, principalmente, por dois motivos: pela sua regulamentação administrativa (OLIVIER, 1998: 243) e pelo fato de ter, pela primeira vez à sua frente, como em demais áreas do governo, especialistas e não políticos.⁶ É este primeiro motivo que fará da Arqueologia francesa atual herdeira de Vichy.

O controle da Arqueologia pelo Estado, na pessoa do Ministro da Educação Nacional, Jérôme Carcopino, irá dotar a mesma de todo um aparato administrativo legislativo que terá por finalidade regulamentar as escavações arqueológicas e estabelecer normatizações para o seu funcionamento. As principais leis do período datam de 1941: a lei de 23 de junho de 1941, que protege os objetos que apresentam um “*interesse nacional*” de ordem histórica ou artística” (OLIVIER, 1998: 246) e a lei Carcopino de 24 de setembro de 1941, prevendo que

“as pesquisas arqueológicas serão doravante decididas pelo Estado e/ou submetidas à sua autorização. Do mesmo modo, as descobertas fortuitas deverão ser submetidas à autoridade do Estado. Este último se reserva a possibilidade de continuar as escavações em seu próprio nome, segundo o interesse dos vestígios postos em questão.” (OLIVIER, 1998: 246)

Com o objetivo de melhor viabilizar o uso dos “achados” arqueológicos como objetos de propaganda do Estado, tem-se a lei de 21 de janeiro de 1942, que “*colocava as antigüidades nacionais da França metropolitana sob a autoridade do Secretário do Estado para a Educação Nacional e Juventude.*” (Ibid.: 246) Esta ligação do Estado à Arqueologia não é uma característica exclusiva da França, prende-se a uma realidade mais ampla que abarca outros países da Europa, em que a Arqueologia também atuou e atua como ciência que tem por objeto revelar as “origens nacionais”; o que faz do caso francês uma singularidade são os diferentes usos, ou seja, as diversas apropriações da disciplina ao longo dos últimos séculos.

O estudo das continuidades materiais pela Arqueologia, ora aceitando, ora negando ou ainda revendo ideologicamente o passado e seus vestígios, esteve sempre ligado na França a questões voltadas para a identidade nacional. Para Olivier (1998: 259), “*a Arqueologia francesa atual é originária desta estratificação: de interpretações das origens nacionais*”, muito tributária de Vichy, que, por sua vez, é também resultado de reinterpretações de cunho similar.

Do lado de fora, diante da cabana, três gauleses agachados estão jantando (...) Eles não têm nem pratos, nem colheres, nem garfos. Eles comem com seus dedos em uma grande tigela no chão. As crianças não pensam em ir à escola. É que não há escolas na Gália. Os gauleses são ignorantes. Eles não sabem nem ler nem escrever. Digamos que são bárbaros. Ao contrário, os franceses de hoje são civilizados. Ser civilizado, é ser instruído, polido, conhecer bem as coisas que os antigos gauleses ignoravam, como os livros, as armas de fogo, a maneira de construir belas casas em pedra, etc."

Laurent Olivier (1998: 245), apesar de referir-se ao uso ideológico destas alusões em um contexto diferente, irá ressaltar o papel desempenhado pela escola como agente reproduzidor dos interesses do poder, aí representado pelo aparelho estatal. O "homem novo" produzido pelo regime é educado com o objetivo de vir a alimentar e fazer parte das suas futuras elites, sendo, simultaneamente, seja no âmbito familiar ou social, um difusor do ideário da Revolução Nacional, uma vez que os valores transmitidos pela educação familiar são maculados de "pessimismo" e "ceticismo". Para M. Cointet-Labrousse (1987: 14), "*Assim nasce a tentação do Estado fascista de se substituir à família para a educação das crianças.*"

Para Krzysztof Pomian (1997: 2245-2300), a recuperação dos gauleses pela propaganda de Vichy se caracteriza por dois aspectos: homenagem aos gauleses por sua luta heróica contra as legiões de César e também pelo reconhecimento da superioridade de Roma em relação aos próprios gauleses.³ Desta forma, ao mesmo tempo que exalta a coragem dos gauleses e enaltece o poder de domínio dos romanos, a propaganda de Vichy constrói a imagem de um Vercingetórix, chefe das forças gaulesas, corajoso e consciente do bem que faria a seu povo em se inclinando diante do poderio do "inimigo". A figura do herói representa, assim, a possibilidade de demonstrar, por meio do passado, a opção que a França e os franceses deveriam adotar diante de igual situação em pleno século XX. Todo este recorte temático, não só de Vercingetórix e dos gauleses, mas também de Clóvis, Carlos Magno, São Luiz, Joana d'Arc e outros heróis, se insere em uma problemática muito mais ampla que, para além da narração dos historiadores, deixa transparecer uma intenção sempre presente de constituir uma "certa idéia da França" a ser cunhada pela História. O programa de educação de Vichy, que tem no ensino de História uma das formas de legitimação ideológica do regime, visa construir, ao lado dos grandes heróis franceses, a figura do Marechal Pétain como salvador moral de um país ocupado pelo estrangeiro, como de igual modo foram salvadores também, em semelhantes situações, Vercingetórix e Joana d'Arc.⁴

siva de mecanismos legitimadores. Um exemplo que ilustra bem esta “utilização” é a retomada do pensamento clássico em diversas épocas e de diferentes maneiras pela cultura ocidental. Para José Antônio Dabdab Trabulsi (1998: 9)

“Insistimos muito sobre os momentos quando a tradição clássica funcionou com o sentido de uma libertação, na Renascença ou durante o século das Luzes ou nas revoluções — americana e francesa. Mas, como toda ‘herança’, a tradição clássica pôde ser utilizada de maneiras muito diversas. A tradição clássica desempenhou seu papel de “maldosa” quando os portugueses reinventaram o escravismo sobre os modelos do direito romano, ou quando o nazismo, de igual modo, fez uma referência intelectual e estética.”

A Arqueologia francesa vivenciou, durante os quatro anos em que a França esteve sob o domínio de Vichy, um regime anti-republicano marcado pela colaboração ativa com o nazismo e pela perseguição e exterminação dos judeus (OLIVIER, 1998: 242).¹ O novo regime caracterizou-se, também, por uma constante busca de rompimento com a herança republicana, na qual a Arqueologia e a Educação estiveram fortemente comprometidas com ideologias legitimadoras, uma vez que, por meio das mesmas, o Estado propunha uma releitura das “origens” nacionais, atendendo, assim, aos interesses da ordem autocrática. Neste contexto, tanto os elementos da tradição textual quanto os vestígios arqueológicos da Antiguidade Clássica foram objetos de usos ideológicos, guardando sempre uma estreita relação de crítica ou legitimação para com o presente que os evocava. Sob domínio da Alemanha, a França de Vichy faz veicular uma reinterpretação da História da conquista da Gália pelos romanos. Esta nova abordagem, presa por essência a uma ideologia política de fundo revisionista do passado, própria dos regimes ditatoriais, procurará difundir a idéia de que os gauleses não foram “vencidos” pelos romanos, mas sim beneficiados pela inserção da Gália nos domínios do Império Romano e que, da união destes dois povos, nasceram os franceses. Esta maneira de ver o passado traz em si uma direta ligação com o presente da França sob Vichy, uma vez que permite associar, convenientemente, o passado de gauleses e romanos ao momento histórico vivido por franceses e alemães.

“(…) o regime de Vichy estabelece (...) um paralelo entre a derrota de 1940 diante dos Alemães e aquela de 52 a.C. diante dos romanos: como a conquista romana, que deveria dar nascimento à civilização galo-romana, a vitória nazista deve ser a ocasião de uma renascença do povo francês, enfim liberto da herança nefasta da Revolução e do Socialismo, e integrada a uma nova Europa.” (OLIVIER, 1998: 244)²